

Contexto Contábil

ESG, mudanças climáticas e demonstrações financeiras



Leandro Ardito

Sócio Líder de
Accounting &
Consulting Services
PwC Brasil

Muito se fala atualmente sobre ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance*. Temas relacionados a impacto social, diversidade e inclusão e responsabilidade corporativa estão cada vez mais em evidência. Isso demonstra uma sociedade comprometida com um mundo mais responsável e fundamentado em propósitos, e não somente focada nas performances financeiras dos negócios.

Aspectos relacionados ao meio ambiente – o pilar E da sigla ESG acima – têm ocupado cada vez mais espaço nos mais diversos fóruns. Estima-se que o aumento médio na temperatura do planeta atualmente seja da ordem de 1°C quando comparamos com o período pré-industrial. De acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC),¹ órgão da ONU para análises científicas sobre mudanças climáticas, o planeta precisa reduzir pela metade as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos e evitar que o aquecimento global atinja um aumento médio de 1,5°C.² Caso contrário, as consequências serão severas e eventualmente irreversíveis.

1- IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C (IPCC, 2018).

2- A referência base é o período pré-industrial.

Há grande expectativa no mercado de que gestoras de ativos, fundos de investimentos, fundos de *private equity*, entre outras entidades, tenham montantes significativos (da ordem de trilhões de dólares) disponíveis para investimentos, os quais teriam sido temporariamente suspensos em função da pandemia pela qual passamos. Importantes organizações desse segmento têm se manifestado publicamente, reafirmando seus compromissos com investimentos responsáveis e a intenção de não investirem em empresas que não sigam parâmetros e valores ambientais e sociais condizentes.

Em setembro de 2020, o IFRS Foundation emitiu um documento de consulta pública (encerrado em 31 de dezembro de 2020) no qual discute sua possível contribuição com a emissão de normas de relatórios de sustentabilidade, visando prover maior transparência, comparabilidade e menos complexidade nas informações divulgadas pelas empresas. Inicialmente, o foco seria abordar informações relacionadas com temas climáticos, dadas as demandas do mercado e a urgência. Uma das sugestões na consulta é a criação de um conselho, Sustainability Standards Board, seguindo os mesmos princípios e padrões do International Accounting Standards Board (IASB).

A ideia do IFRS Foundation é que o Sustainability Standards Board seria responsável pela emissão de normas específicas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Paralelamente, em novembro de 2020, o International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) anunciaram a intenção de se fundirem para criar o Value Reporting Foundation, com o objetivo de fornecer a investidores e empresas uma estrutura conceitual abrangente de relatório corporativo, com métricas e padrões de performances de sustentabilidade.

Essas movimentações e iniciativas evidenciam a demanda urgente da sociedade, e também do mercado, investidores, analistas, usuários de informações corporativas, reguladores, governos, tomadores de decisões, entre outras partes interessadas, por divulgações relevantes e que atendam às necessidades de um mundo cada vez mais direcionado por propósitos e valores. Quando falamos em valores, notamos que este movimento também muda métricas, mensurações e referências.

Historicamente, negócios, empresas e executivos eram avaliados somente com base em performances financeiras e, recorrentemente, considerando-se prazos relativamente curtos de retornos financeiros. Conforme ressalta Bob Moritz – Chairman Global da PwC –, em artigo³ publicado em novembro de 2020, a avaliação de performances de negócios, considerando novos conceitos, incluindo valores ambientais, sociais e de governança, e não mais somente com base em métricas financeiras, já está acontecendo. As movimentações de IFRS Foundation, IIRC e SASB, descritas acima, refletem, consistentemente, as demandas dos usuários das informações empresariais. Porém, estamos correndo contra o tempo, e este processo precisa ser acelerado. Adicionalmente, há a expectativa de que a divulgação dessas informações financeiras e não financeiras sejam submetidas a procedimentos de asseguuração independente.

Você agora está se perguntando: mas o que tudo isso tem a ver com contexto contábil ou demonstrações financeiras?

Diferentemente daquilo em que a maioria de nós acredita, os efeitos das mudanças climáticas descritas acima já poderiam – ou deveriam, dependendo da área de atuação da sua empresa – ter impactos nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRS e o CPC. De fato, o IAS 1/CPC 26 requer a divulgação de informações relevantes para o entendimento das demonstrações financeiras, mesmo quando tal divulgação não for exigida por nenhuma norma específica. Conforme ressaltado por Nick Anderson – membro do Board do IASB –, em artigos⁴ publicados em 2019 e 2020, ainda que as normas IFRS (e CPC) não tratem especificamente de mudanças climáticas, seus efeitos, quando materiais e necessários para o entendimento das demonstrações financeiras, deveriam ser divulgados apropriadamente.

Em determinadas situações ou segmentos de negócios, as divulgações de informações qualitativas sobre potenciais riscos resultantes das mudanças climáticas podem ser mais relevantes para os usuários das demonstrações financeiras do que montantes registrados contabilmente.

Novas exigências de *compliance* (com padrões de ESG) têm sido estabelecidas por empresas, governos e reguladores ao redor do mundo, como resposta aos efeitos das mudanças climáticas. O não cumprimento das novas exigências de *compliance* ESG, cedo ou tarde, deve impactar negativamente as empresas, seus negócios, liquidez, ativos e passivos.

3- “Now is the time for global standards on non-financial reporting” – 25 de novembro de 2020.

4- “Standards and climate-related disclosures” – novembro de 2019; e “Effects of climate-related matters on financial statements” – novembro de 2020.

As normas IFRS/CPC requerem divulgações de estimativas e julgamentos críticos adotados pela administração no processo de elaboração de demonstrações financeiras. Também devem ser divulgadas informações sobre o risco de alterações nas premissas utilizadas impactarem materialmente as demonstrações financeiras. Portanto, estimativas influenciadas por efeitos das mudanças climáticas nos negócios (ex.: exigências de *compliance*) requerem avaliação cuidadosa não somente sobre mensuração, como também sobre divulgação, quando incertezas envolvidas criarem risco de efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

Exemplos:

Descrição	Por quê?	Potenciais impactos
Estoques	Os produtos da empresa podem não cumprir os novos requerimentos de ESG impostos pelos clientes ou reguladores.	Obsolescência de produtos, redução no valor realizável.
Tributos diferidos ativos	Projeções de resultados futuros podem ser impactadas negativamente (ex.: despesas com pesquisas de novas tecnologias, restrições às vendas dos estoques) por exigências impostas por clientes ou reguladores.	Redução de expectativa de geração de lucro tributável futuro para realizar os tributos diferidos.
Ativo imobilizado/intangível	Exigências podem requerer custos adicionais na adaptação de ativos imobilizados, impactar negativamente a realização dos ativos de vida longa, reduzir as estimativas de vidas úteis ou requerer gastos com desenvolvimento de novas tecnologias.	<i>Impairment</i> de ativos, redução de vidas úteis, despesas com P&D não capitalizáveis.
Provisões	Multas ambientais podem ser aplicadas, contratos anteriormente lucrativos podem se tornar onerosos, reestruturações podem ser necessárias para a continuidade das operações.	Despesas com passivos ambientais, perda com contratos onerosos e gastos com reestruturações.



Vivenciamos nos últimos anos importantes mudanças nas formas de pensar, trabalhar e fazer negócios em velocidades nunca vistas. Novas tecnologias, novos modelos de negócios, novas gerações, novas exigências, responsabilidades e propósitos. Os temas relacionados a ESG serão cada vez mais caros para a sociedade como um todo, incluindo as empresas e as pessoas que a constroem.

A partir de 2010, os novos padrões contábeis trouxeram importantes desafios e protagonismo para nossa profissão no Brasil, quando a essência econômica das transações passou a prevalecer sobre a forma jurídica. As rápidas mudanças que virão pela frente, incluindo impactos e efeitos das novas exigências de sustentabilidade, impacto social, governança e elaboração e divulgação de relatórios financeiros e não financeiros, reflexos em demonstrações financeiras ou em relatórios separados, tendem a ser tão ou mais desafiadoras do que a adoção de IFRS/CPC.